



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

009289/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: b4eb1ddf-7fd6-45e1-bd42-caec70c7f207

AUTUADO EM	Segunda-feira, 17 de Março de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA	

RESUMO
<i>IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PE 90.010/2025 - PA 22.702/2024 - 49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA - CNPJ 49.242.181/0001-51</i>
DATA:17/03/2025



AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

DADOS DO PROCESSO:

PROCESSO Nº 22.702/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2025

A empresa **49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **49.242.181/0001-51**, com sede na Rua Barão de Itaipu, 30, Apt. 502, Bairro Andaraí, CEP: 20541-120, Município de Rio de Janeiro-RJ, por meio de seu representante legal que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, com base nos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Aduz a Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos, em seu art. 164, que, “*Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*”

Considerando ter sido definida para realização do certame a data de 20/3/2025, tem-se como prazo final para impugnação do edital a data de 17/3/2025, pois, como expresso em seu art. 183, *caput*, para contagem de prazos, exclui-se o dia do começo, e se inclui a data de vencimento, sendo, destarte, a presente peça tempestiva.

II – DAS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS E DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL



Pretende o Município de Nova Friburgo-RJ à contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de dedetização, desratização, limpeza e higienização de caixa d'água e cisterna com análise química e bacteriológica da água, descupinização e prevenção de cupins, sanitização de ambiente e controle e manejo de pombos e morcegos, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano, por intermédio do sistema de registro de preços de que trata a Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu art. 82 e ss.

Conforme se extrai do Termo de Referência – Anexo I do edital do Processo Administrativo nº 22.702/2024, realizado sob a Modalidade Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, especificamente de sua fundamentação, a contratação em questão se justifica diante da necessidade de “...promover ambientes limpos e saudáveis, livres de vetores e pragas urbanas, visando à execução preventiva devido ao ciclo de reprodução, auxiliando no controle e na redução destes, evitando a disseminação de doenças contagiosas que porventura possam prejudicar a saúde dos alunos, dos servidores e dos usuários em geral, além de mantermos a limpeza e higienização contínua dos reservatórios de água das Unidades”, ressaltando sua importância.

A natureza dos serviços prestados envolve ampla legislação sanitária, cuja aplicação ao presente certame se tem em decorrência do disposto na Lei de Licitações e Contratos em seu art. 67, se destacando seus incisos I a V:

***Art. 67.** A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem



como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

Como dito, a prestação dos serviços em questão está adstrita ao atendimento de normativos próprios, inclusive de legislações e regulamentos observados no próprio Estado do Rio de Janeiro, e, embora alguns destes atos tenham sido aludidos no instrumento editalício, não o foram de maneira integral ou correta, que é o que se pretende realizar por meio desta impugnação.

a) Da Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017 e do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019

O Termo de Referência, em alusão à Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017, faz destaque, de forma sucinta, quanto à “...importância da dedetização, como conjunto de medidas preventivas e corretivas para evitar a infestação, proliferação, acesso e abrigo para vetores e pragas, de forma que garanta a segurança dos que utilizam o ambiente.”

Todavia, a finalidade da norma em comento é a de, precipuamente, estabelecer as diretrizes para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, como se tem em seu art. 2º:

*Art. 2º Esta Lei estabelece diretrizes para o funcionamento das **empresas especializadas** na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas **no âmbito do Estado do Rio de Janeiro**, visando ao cumprimento das boas práticas operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.*

*§ 1º A **empresa especializada** no Controle de Pragas e Vetores estará autorizada a realizar serviços, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro,*



após estar devidamente licenciada junto ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

*§ 2º O serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuado por **empresa especializada** portadora de licença prevista no parágrafo anterior.*

Percebe-se a preocupação do legislador em salientar que apenas empresas especializadas poderiam prestar o serviço em questão, inclusive, definindo como tais a pessoa jurídica devidamente constituída, licenciada junto ao INEA e com registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, conforme inteligência de seu art. 6º, III e dispondo no inciso V do mesmo artigo que a licença ambiental ou termo equivalente é o documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é expedida pelo INEA.

Nisto, traz-se à baila o regulamento que se tem por meio do Decreto Estadual nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e Demais Procedimentos de Controle Ambiental – SELCA, que abrange os instrumentos de controle ambiental de competência do INEA, sendo estes, nos termos de seu art. 3º: a Licença Ambiental; a Autorização Ambiental; a Certidão Ambiental; o Certificado Ambiental; a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos; o Termo de Encerramento; e o Documento de Averbação.

O licenciamento ambiental é aplicável aos empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sendo classificados em estratégicos e sensíveis, excetuando-se deste regramento apenas aqueles cujo impacto ambiental seja classificado como desprezível, que não é o caso do *CNAE 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas*, o que pode ser constatado por meio do Portal do Licenciamento do INEA no seguinte endereço de URL: <https://www.inea.rj.gov.br/licenambiental/> e imagem abaixo:



ineia
Instituto Estadual do Ambiente

PESQUISA CNAE

Insira o(s) código(s) CNAE

Digite o código cnae ex: 0000-0/00

Adicionar

Código
8122-2/00

Remover

Enviar

Resultado

Código	Descrição
8122-2/00	Este código CNAE não está listado entre os habilitados à emissão da Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental. Favor realizar o enquadramento por meio do Portal de Licenciamento (http://portallicenciamento.inea.rj.gov.br) para verificar o Instrumento do SELCA adequado.

Gerar declaração

Das espécies de licenças ambientais existentes (art. 23 e ss.) tem-se como necessária para prestação dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas a Licença Ambiental Comunicada, nos termos que se seguem:

Art. 23. São espécies de Licenças Ambientais:

V - Licença Ambiental Comunicada - LAC;

Art. 27. A Licença Ambiental Comunicada - LAC é concedida mediante a apresentação dos documentos exigíveis, previstos em regulamento e aprova, em uma única fase, a viabilidade ambiental, a localização e autoriza a instalação e a operação de empreendimento ou atividade classificado como de baixo impacto ambiental.

Além das licenças, versa também o Decreto nº 46.890, de 2019, quanto às certidões e certificados ambientais, em seus arts. 43 e 44, necessários para comprovação da inexistência de penalidades referentes à prática ambiental; de dívidas financeiras referentes à infrações ambientais praticadas; bem como para atestar a conformidade dos procedimentos realizados em observância da legislação ambiental, especificamente quanto aos agrotóxicos utilizados na adequada prestação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, na forma abaixo:

Art. 43. A Certidão Ambiental - CA é o ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental, apedido ou de ofício, atesta determinadas



informações de caráter ambiental, sem prazo de validade, aplicando-se aos seguintes casos:

II - Certidão Ambiental de inexistência ou existência, nos últimos cinco anos, de penalidades referentes à prática de infração ambiental;

III - Certidão Ambiental de inexistência ou existência nos últimos cinco anos, de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais praticadas pelo requerente;

Art. 44. O Certificado Ambiental - CTA é o ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental atesta a conformidade de procedimentos específicos em relação à legislação em vigor, estabelecendo medidas de controle ambiental.

IV - Certificado de Controle de Agrotóxicos: certifica o cadastramento de produtos agrotóxicos (desinfestantes domissanitários, de uso não agrícola, de uso veterinário e outros biocidas) para comércio e uso no Estado, com prazo de vigência em função da validade do registro do produto pelos órgãos federais; controla a comercialização de agrotóxicos por empresas sediadas ou não no estado do Rio de Janeiro, o uso de agrotóxicos nas atividades de controle de vetores e pragas urbanas, capina química, tratamento fitossanitário com fins quarentenários e jardinagem profissional, com prazo de vigência de 4 (quatro) anos;

Quanto ao certificado de controle de agrotóxicos, embora, atualmente seja emitido com nomenclatura única, se diferencia quanto à sua finalidade, eis que comprova a regularidade tanto no uso dos produtos químicos no desenvolvimento das diferentes metodologias para controle de vetores e pragas urbanas (antigo CRV), quanto nas atividades de limpeza e higienização de reservatórios de água (antigo CRH).

É cediço que, conforme entendimento externado pelo Tribunal de Contas da União por meio do enunciado de sua Súmula nº 272:

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes



tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Entretanto, tanto a licença, quanto as certidões e certificados supracitados, dizem respeito ao regular funcionamento das empresas prestadoras dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, motivo pelo qual, fundamentadamente, podem ser exigidos já na fase de habilitação das licitantes, tal como disposto pela Lei Nacional nº 14.133, de 2021, em seu art. 18, IX e X:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

***IX - a motivação circunstanciada das condições do edital**, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

É comumente interpretado que o princípio da vantajosidade de que trata a Lei de Licitações e Contratos (art. 11, I) diz respeito unicamente ao menor preço, que se traduz, por vezes, no critério de julgamento adotado, todavia, este transcende a mera economicidade, alinhando-se ao interesse público para garantir não apenas o menor custo, mas a melhor relação custo-benefício. Seu foco não se limita à redução financeira, mas à obtenção da proposta mais vantajosa, considerando qualidade, eficiência e adequação às necessidades coletivas.

No item “4. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21)”, do Termo de Referência são informados os requisitos básicos a serem atendidos



pela empresa contratada quando da execução de seus serviços, apontando no subitem “4.1.2.2.9. que a empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 19 da RDC ANVISA nº 622, de 2022.”, igualmente verificadas no art. 19 da Lei Estadual nº 7.806, de 2017, abaixo transcritas:

Art. 19. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do cliente;

II - endereço do imóvel;

III - praga(s) alvo;

IV - data de execução dos serviços;

V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;

IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade. (grifo nosso).

Portanto, ainda que tais exigências não sejam realizadas para fins de habilitação, o que se acredita ser um equívoco, estas devem, invariavelmente, ser solicitadas do licitante vencedor, quando da assinatura do contrato.

b) Da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Há também irregular menção à Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao passo que a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº



52, de 22 de outubro de 2009 foi expressamente revogada pela Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022, o que se constata pela leitura de seu art. 24, devendo ser retificadas às referências no edital feitas ao normativo que não mais se encontra em vigor.

c) Do Balanço Patrimonial

O art. 69 da Lei Nacional nº 14.133, de 2021, informa que, para demonstração da aptidão financeira do licitante em cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, lhe podem ser exigidos o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (I), e ainda, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (II).

Ocorre que a norma é silente quanto a quais seriam as “demais demonstrações contábeis”, o que se deve ao fato de que legislação própria regula a matéria, entre as quais se destaca o Código Civil Brasileiro (Lei Nacional nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), a Lei Nacional nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a Sociedade por Ações, e as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, a exemplo da ITG 1000, que define normas aplicáveis e modelos de plano de contas e demonstrações contábeis para microentidade e pequena empresa.

A Lei Nacional nº 6.404, de 1976, informa em seu art. 176 sobre os elementos que devem estar presentes nas demonstrações financeiras das pessoas jurídicas, se destacando o **balanço patrimonial**, a **demonstração do resultado do exercício**, o **livro diário**, com seus respectivos **termos de abertura e encerramento**, as **notas explicativas** e de **seu recibo de entrega**, quando em caso de escrituração contábil digital – ECD.

Quanto ao Código Civil, este versa em seu art. 1.181, que, “*Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.*”, o que deve ocorrer no exato local no qual se deu o registro do ato constitutivo (estatuto) da pessoa jurídica.

d) Da Fiscalização Contratual

Pela leitura do Termo de Referência em sua Cláusula “5.5. Obrigações da Contratada Para Execução do Serviço”, infere-se a forma pela qual dar-se-á a fiscalização contratual, sendo apontado que será “*...exercida e acompanhada pelo Responsável designado pelo Setor de Infraestrutura, a quem incumbirá o acompanhamento da execução dos serviços,*



determinando à empresa Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do respectivo contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico, e avaliar a qualidade do serviço prestado (se satisfatório ou insatisfatório), fazendo menção à observância do cumprimento do contrato.”; enquanto sua Cláusula “6. Modelo de Gestão do Contrato”, determina que “Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.”.

A Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 6º, XXIII, ao trazer a definição do termo de referência, explicita elementos mínimos que este deve conter, entre os quais se destaca o da alínea “F”, que diz respeito ao modelo de gestão contratual, por meio da qual, em consonância com seu art. 25, se discrimina como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade, devendo o edital conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento e destarte, desde já, se torna necessária a publicização sobre os agentes públicos que ocuparão tais funções, especialmente no que diz respeito à fiscalização da contratação.

Em seu art. 117, *caput*, a Lei Nacional nº 14.133, de 2021, esclarece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos em seu art. 7º, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

É imperioso apontar distinções existentes entre a fiscalização técnica e administrativa dos contratos, trazendo à espécie as definições trazidas pelo Tribunal de Contas da União em seu “Manual de Licitações e Contratos”, tal como seguem:

A fiscalização técnica pode ser definida como o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa.



A fiscalização administrativa pode ser definida como o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

Valendo-se ainda das orientações expedidas pelo TCU no referido manual, tem-se que “O fiscal administrativo auxilia o gestor do contrato no acompanhamento dos aspectos administrativos da avença, incluindo aqueles relativos a obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas.”, enquanto “O fiscal técnico é responsável por acompanhar a execução do contrato prevista no modelo de execução do objeto e garantir que as exigências de caráter técnico do objeto sejam cumpridas, assegurando os melhores resultados para a Administração. Para tanto, avalia o cumprimento das rotinas de execução, a quantidade, a qualidade e o desempenho da prestação, por meio dos procedimentos e indicadores estabelecidos no modelo de gestão do contrato.”.

Evidentemente, ambas as figuras devem ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público, nos termos do art. 7º, II, da Lei Nacional nº 14.133, de 2021, ressaltando-se que, no caso do fiscal técnico, este deve ainda possuir conhecimento técnico suficiente do objeto fiscalizado, conforme entendimento externado pelo Tribunal de Contas da União, quando da análise do Processo 006.889/2004-0, que deu origem ao Acórdão 690/2005 – Plenário, Relatório de Levantamento, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Como argumentado noutra parte, o Termo de Referência elenca requisitos básicos a serem atendidos pela empresa contratada quando da execução de seus serviços (Item “4. Requisitos da Contratação - art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21 / Subitem 4.1.2.2.9”, conforme impõem tanto a Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022, quanto a Lei Estadual nº 7.806, de 2017, em seus arts. 19, dispondo também sobre o responsável técnico (art. 3º, X; art. 6º, IX, respectivamente), que vem a ser: “profissional de nível superior com treinamento específico e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) na área de sua responsabilidade técnica, devidamente habilitado pelo respectivo conselho profissional, que é responsável diretamente pelo treinamento dos operadores; aquisição de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos; orientação da forma correta de aplicação dos produtos no cumprimento das



tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas; e por possíveis danos que possam ir a ocorrer à saúde e ao ambiente.”.

Em seu art. 8º, parágrafo único, traz a Lei Estadual nº 7.806, de 2017, que a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores pode ser exercida por biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional, tal como o subitem 8.11.8. do Termo de Referência, evidenciando-se, destarte, que o agente público, para que possa realizar, de maneira eficiente e eficaz, a necessária fiscalização contratual, deverá possuir conhecimentos afetos à seara dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que se obtêm por meio da formação em cursos técnicos ou de graduação em cursos correlatos, devendo, quando não os detiver, recusar-se a exercê-la, ao passo que eventuais falhas na fiscalização podem lhe ser imputadas, tanto quanto para a autoridade que o designou.

A observância do princípio da legalidade não é faculdade para os agentes públicos, sendo, em verdade, o norteador dos atos administrativos, tal como insculpido na Constituição da República em seu art. 37, *caput*, e no art. 5º da Lei de Licitações e Contratos, destarte, o que se aguarda é o acolhimento da presente impugnação em sua integralidade, com a correspondente adequação do edital do Processo nº 22.702/2024, Pregão Eletrônico nº 90.010/2025.

III – DOS REQUERIMENTOS

Ante todo o exposto, se requer:

- a) O acolhimento da presente impugnação em sua integralidade, com a correspondente adequação do edital do Processo nº 22.702/2024, Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, no sentido de serem exigidas, para fins de habilitação, a licença, certidões e certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017 e o Decreto Estadual nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019 e subsidiariamente, a exigência da respectiva documentação para fins de assinatura do contrato;
- b) A exigência das demonstrações contábeis nos termos das legislações pertinentes (Lei Nacional nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei Nacional nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Normas Brasileiras de Contabilidade);



- c) A exata citação da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022);
- d) O devido apontamento do (s) agente (s) público (s) responsável (is) pela fiscalização da execução contratual, nos termos dos arts. 6º, 25 e 117, da Lei Nacional nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro-RJ, 17 de março de 2025.

49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA
CNPJ nº 49.242.181/0001-51
ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA

49.242.181/0001-51
49.242.181 ANDERSON CAMILLO
DE OLIVEIRA SILVA
RUA BARÃO DE ITAIPU, Nº 30 - APT. 502
ANDARAÍ - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP 20.541-120



Comissão Permanente de Pregão II

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2025**

Processo Licitatório nº: 22.702/2024

Processo de Impugnação nº: 9.289/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA COM ANÁLISE QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA, DESCUPINIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CUPINS, SANITIZAÇÃO DE AMBIENTE E CONTROLE E MANEJO DE POMBOS E MORCEGOS, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: 49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.242.181/0001-51, com sede na Rua Barão de Itaipu, 30, Apt. 502, Bairro Andaraí, CEP 20541-120, Rio de Janeiro/RJ.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa 49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.010/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão Permanente de Pregão II

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

Em síntese, alega o impugnante que as exigências contidas no Edital do certame não estão em conformidade com o disposto na legislação vigente.

III. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

O impugnante requer:

- a) Seja acolhida a impugnação ao Edital do procedimento licitatório em questão;
- b) Seja incluída no Edital, para fins de habilitação e consequente assinatura do contrato, a exigência de licença, certidões e certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806/17 e o Decreto Estadual nº 46.890/19;
- c) Sejam exigidas as demonstrações contábeis nos termos da Lei Nacional nº 10.406/02, Lei Nacional nº 6.404/76 e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- d) Seja incluída a citação à Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022;
- e) Seja incluído o devido apontamento do(s) agente(s) público(s) responsável(is) pela fiscalização da execução contratual, nos termos dos arts. 6º, 25 e 117, da Lei Nacional nº 14.133/21.

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.



Comissão Permanente de Pregão II

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 20/03/2025 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 17 de março de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matrícula 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

DESPACHO	
Data:	18 de março de 2025
De:	Gabinete - SME
Para:	Procuradoria Geral do Município
Assunto:	Análise da impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025 - impugnante: Empresa Anderson Camillo de Oliveira Silva (CNPJ nº 49.242.181/0001-51)
PA	22.702/2024 (PA eletrônico: 9.289/25)

Exmo. Sr. Dr. Procurador,

Cumprimentando-o cordialmente, inicialmente, cumpre informar que tratar-se de análise da impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025, referente à contratação de empresa especializada para serviços de dedetização, desratização, limpeza de reservatórios e outras atividades correlatas para a Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo - impugnante: Empresa Anderson Camillo de Oliveira Silva (CNPJ nº 49.242.181/0001-51), apresentada tempestivamente.

II – Das Irregularidades Identificadas e da Análise de Adequação ou não do Termo de Referência ou do Edital.

A empresa Anderson Camillo de Oliveira Silva alega que o edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2025 apresenta algumas irregularidades que merecem análise e correção, para tanto esta Pasta se manifesta tecnicamente ponto a ponto.





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

a) Da Lei Estadual nº 7.806/2017 e do Decreto nº 46.890/2019

A empresa impugnante argumenta que o edital não exige, na fase de habilitação, a licença ambiental, as certidões e os certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806/2017 e o Decreto nº 46.890/2019, os quais são necessários para o regular funcionamento das empresas prestadoras de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

A Lei Estadual nº 7.806/2017 estabelece diretrizes para o funcionamento das empresas especializadas em controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro, visando garantir a qualidade e segurança dos serviços prestados e minimizar o impacto ao meio ambiente e à saúde pública. O art. 2º da referida lei determina que a empresa especializada deve estar devidamente licenciada junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para realizar os serviços.

O Decreto nº 46.890/2019, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e Demais Procedimentos de Controle Ambiental (SELCA), estabelece que o licenciamento ambiental é aplicável aos empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, como é o caso do CNAE 81.22-2-00 (Imunização e controle de pragas urbanas).

Apesar do Termo de Referência já prevê, no subitem 4.1.2.1.1, a necessidade de apresentação do comprovante de registro do fabricante dos produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF, o que demonstra a preocupação da Administração com a regularidade ambiental dos serviços, não contempla as exigências de licença ambiental, das certidões e dos certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806/2017 e o Decreto nº 46.890/2019.

Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação entende que deverá ser alterado o Termo de Referência para incluir da Regularidade Ambiental (Lei Estadual nº 7.806/2017 e Decreto nº 46.890/2019):

4.5 Da Regularidade Ambiental (Lei Estadual nº 7.806/2017 e Decreto nº 46.890/2019):





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

4.5.1. Apresentação da seguinte documentação comprobatória da regularidade ambiental para o exercício das atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei Estadual nº 7.806/2017 e o Decreto nº 46.890/2019:

4.5.1.1. Licença Ambiental válida, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que autorize a empresa a exercer atividades de controle de vetores e pragas urbanas no Estado do Rio de Janeiro (Apresentar a Licença Ambiental Comunicada - LAC, ou outra licença que venha a substituí-la).

4.5.1.2. Certidões Ambientais, emitidas pelo INEA:

4.5.1.2.1 Certidão Ambiental de inexistência ou existência, nos últimos cinco anos, de penalidades referentes à prática de infração ambiental.

4.5.1.2.2 Certidão Ambiental de inexistência ou existência nos últimos cinco anos, de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais praticadas pelo licitante.

4.5.1.3. Certificado de Controle de Agrotóxicos válido, emitido pelo INEA, que ateste o cadastramento dos produtos agrotóxicos (desinfestantes domissanitários, de uso não agrícola, de uso veterinário e outros biocidas) para comércio e uso no Estado, bem como a regularidade do uso de agrotóxicos nas atividades de controle de vetores e pragas urbanas e nas atividades de limpeza e higienização de reservatórios de água, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

b) Das Demonstrações Contábeis

A empresa impugnante alega que o edital é omissivo quanto a quais seriam as "demais demonstrações contábeis" exigidas para demonstração da aptidão financeira do licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

A Secretaria Municipal de Educação que embora o Termo seja silente quanto a quais seriam as "demais demonstrações contábeis", a exigência deve ser interpretada em





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

consonância com a legislação contábil aplicável, não havendo a necessidade de descrever todas elas, não assistindo razão à impugnante.

c) Da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

A empresa impugnante alega que o edital faz menção à Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 52/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a qual foi expressamente revogada pela Resolução RDC nº 622/2022.

Assiste razão à impugnante. A Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA foi revogada pela Resolução RDC nº 622/2022, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e revoga as Resoluções RDC nº 18/2000 e RDC nº 52/2009.

A Secretaria Municipal de Educação entende pelo acolhimento do pedido da impugnante e alterar o edital para substituir a referência à Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA pela Resolução RDC nº 622/2022.

Excluir o item: 4.4.14. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009 e substituir redação para incluir:

4.4.14 Comprovante de cumprimento do art. 19 da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 622/2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

d) Da Fiscalização Contratual

A empresa impugnante alega que o edital não aponta os agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução contratual, em descumprimento aos arts. 6º, 25 e 117 da Lei nº 14.133/2021.





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

O Termo de Referência menciona que a fiscalização será exercida e acompanhada pelo responsável designado pelo Setor de Infraestrutura e que serão designados agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto, não havendo identificação nominal desses agentes no edital.

Vale ressaltar que a identificação dos agentes responsáveis pela fiscalização contratual no edital não é imprescindível e a designação formal dos fiscais do contrato irá ocorrer antes da execução do objeto, conforme previsto no Termo de Referência e a exigência de que o fiscal deva ter formação específica, posto que não há previsão técnica para tal exigência.

A Secretaria Municipal de Educação entende pelo não acolhimento deste item da impugnação.

Sendo assim, após o posicionamento técnico desta Pasta, encaminho a Procuradoria Geral do Município para verificar a legalidade dos argumentos contidos na impugnação e na presente manifestação da Secretaria Municipal de Educação para que sejam realizadas as adequações pertinentes conforme a legislação vigente.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos. Na certeza da melhor acolhida, subscrevo-me.

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Mat. 990.953





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Processo: 9.289/2025

Requerente: Anderson Camillo de Oliveira Silva

Assunto: Impugnação - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.010 de 2025 - Processo Licitatório n. 22.702/2024

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Licitações e Contratos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pelo requerente em 17 de março de 2025 acerca do Edital do Pregão Eletrônico 90.010/2025 - Processo Licitatório n. 22.702/2024, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de dedetização, desratização, limpeza e higienização de caixa d'água e cisterna com análise química e bacteriológica da água, descupinização e prevenção de cupins, sanitização de ambiente e controle e manejo de pombos e morcegos, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

Em suma, o requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 02/14, a existência de irregularidades no certame e solicitando adequações, quais sejam: 1) Seja incluída no Edital, para fins de habilitação e consequente assinatura do contrato, a exigência de licença, certidões e certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806/17 e o Decreto Estadual nº 46.890/19; 2) Sejam exigidas as demonstrações contábeis nos termos da Lei Nacional nº 10.406/02, Lei Nacional nº 6.404/76 e Normas Brasileiras de Contabilidade; 3) Seja incluída a citação à Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022; 4) Seja incluído o devido apontamento do(s) agente(s) público(s) responsável(is) pela fiscalização da execução contratual, nos termos dos arts. 6º, 25 e 117, da Lei Nacional nº 14.133/21.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 15/17, submeteu as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar sua decisão. Solicitando que após tal manifestação os autos fossem encaminhados a esta Douta Procuradoria Geral.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



A Secretaria de Educação, em sua manifestação de fls. 18/22, analisou ponto a ponto as colocações do impugnante, momento no qual entendeu que assiste razão ao impugnante no que diz respeito aos itens 1 e 3 acima elencados, porém não acolheu os itens 2 e 4. Após, os autos foram remetidos a esta especializada para verificar a legalidade dos argumentos contidos na impugnação e na manifestação da Secretaria Municipal de Educação.

É o relatório. Passa-se ao parecer.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 17/03/2025 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 20/03/2025.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

Verifica-se que a Pregoeira recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria de Educação para pronunciamento de ordem técnica e posterior encaminhamento para esta Douta Procuradoria-Geral.

a) Da Lei Estadual nº 7.806/2017 e do Decreto nº 46.890/2019

A empresa impugnante argumenta que o edital não exige, na fase de habilitação, a licença ambiental, as certidões e os certificados de que tratam a Lei Estadual n. 7.806/2017 e o Decreto nº 46.890/2019 do INEA.

Com relação a este tema, a Secretaria de Educação apontou que, apesar de o Termo de Referência já prever, no subitem 4.1.2.1.1, a necessidade de apresentação do comprovante de registro do fabricante dos produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF, o que demonstra a preocupação da Administração com a regularidade ambiental dos serviços, não contempla as exigências de licença ambiental, das certidões e dos certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806/2017 e o Decreto nº 46.890/2019, entendendo a Secretaria que assiste razão ao impugnante, bem como que deve ser alterado o Termo de Referência para incluir a Regularidade Ambiental, apresentando a possível redação do item.

Desta forma, esta assessoria não vislumbra óbice na adequação pretendida, bem como na nova redação apresentada pela Secretaria para o item 4.5 do Termo de Referência, que regulamentará a apresentação da documentação relativa à regularidade ambiental.

b) Das Demonstrações Contábeis



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



A empresa impugnante alega que o edital é omissivo quanto a quais seriam as "demais demonstrações contábeis" exigidas para demonstração da aptidão financeira do licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

Já a Secretaria de Educação afirma que, embora o Termo seja silente quanto às "demais demonstrações contábeis", a exigência deve ser interpretada em consonância com a legislação contábil aplicável, não havendo a necessidade de descrever todas elas, não assistindo razão à impugnante.

Pois bem, insta salientar neste tópico o previsto *ipsis litteris* na norma em comento, tendo em vista que o previsto no Termo de Referência e no Edital foi retirado do exposto na legislação:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; (grifo nosso)

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Desta forma, observa-se que as disposições relativas às demonstrações contábeis do Termo de Referência e do Edital foram previstas em conformidade com a disposição expressa da Lei n. 14.133/2021.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



No mais, considerando que a exigência de documentação contábil é de natureza técnica, que foge a expertise desta especializada, sugere-se que o setor competente avalie a necessidade de descrever detalhadamente a correspondente documentação.

c) Da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Com relação a tal tópico, o impugnante aponta que há irregular menção à Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao passo que a RDC n. 52/2009 foi expressamente revogada pela Resolução RDC n. 622/2022, o que se constata pela leitura de seu art. 24.

Diante do requerido, a Secretaria de Educação se manifestou no sentido de que assiste razão à impugnante, entendendo pelo acolhimento do pedido e pugnano pela alteração do edital para substituir a referência à Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA pela Resolução RDC nº 622/2022.

Desta forma, esta assessoria não vislumbra óbice na adequação pretendida, bem como na nova redação apresentada pela Secretaria para o item 4.4.14 do Edital.

d) Da Fiscalização Contratual

Com relação ao tema, a empresa impugnante alega que o edital não aponta os agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução contratual, em descumprimento aos arts. 6º, 25 e 117 da Lei nº 14.133/2021.

A pasta requisitante afirma que a identificação dos agentes responsáveis pela fiscalização contratual no edital não é imprescindível e a designação formal dos fiscais do contrato irá ocorrer antes da execução do objeto, conforme previsto no Termo de Referência.

Pois bem, a respeito do tema, deve-se observar o disposto no item 6 do Termo de Referência, que prevê o modelo de gestão do contrato e as obrigações do fiscal, item este



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



que cumpre o requisito previsto no art. 6º, inciso XXIII, "f" e art. 117, ambos da Lei n. 14.133/2021.

Destarte, assiste razão à Secretaria Municipal de Educação, eis que a identificação dos agentes responsáveis pela fiscalização contratual no edital não é imprescindível e a designação formal dos fiscais do contrato é feita de forma rotineira pela Administração antes da execução do objeto por meio de Ordem de Serviço.

III. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina esta assessoria pela remessa dos autos à Secretaria Educação para ciência das recomendações postas no presente parecer e adequações necessárias e, após, à Comissão de Pregão II para adoção das providências necessárias ao prosseguimento do feito.**

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 19 de Março de 2024.

Amanda Foly Azevedo
Assessor Nível Intermediário
Subprocuradoria de Licitações e Contratos
Matrícula n. 115.212



Comissão Permanente de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2025

Processo Licitatório nº: 22.702/2024

Processo de Impugnação nº: 9.289/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA E CISTERNA COM ANÁLISE QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA, DESCUPINIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CUPINS, SANITIZAÇÃO DE AMBIENTE E CONTROLE E MANEJO DE POMBOS E MORCEGOS, para atender às necessidades dos imóveis sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: 49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.242.181/0001-51, com sede na Rua Barão de Itaipu, 30, Apt. 502, Bairro Andaraí, CEP 20541-120, Rio de Janeiro/RJ.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa 49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.010/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

Em síntese, alega o impugnante que as exigências contidas no Edital do certame não estão em conformidade com o disposto na legislação vigente.



Comissão Permanente de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

O impugnante requer:

- a) Seja acolhida a impugnação ao Edital do procedimento licitatório em questão;
- b) Seja incluída no Edital, para fins de habilitação e consequente assinatura do contrato, a exigência de licença, certidões e certificados de que tratam a Lei Estadual nº 7.806/17 e o Decreto Estadual nº 46.890/19;
- c) Sejam exigidas as demonstrações contábeis nos termos da Lei Nacional nº 10.406/02, Lei Nacional nº 6.404/76 e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- d) Seja incluída a citação à Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022;
- e) Seja incluído o devido apontamento do(s) agente(s) público(s) responsável(is) pela fiscalização da execução contratual, nos termos dos arts. 6º, 25 e 117, da Lei Nacional nº 14.133/21.

IV. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), subsidiado pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 23 a 29) e do setor técnico requisitante (fls. 18 e 22), sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa 49.242.181 ANDERSON CAMILLO DE OLIVEIRA SILVA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.010/2025, e no mérito, DOU PROVIMENTO, pela alteração do edital.

Nova Friburgo, 25 de março de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matrícula 990.996